

Clipping n° 1222

, 25 Setembro 2013 - 11:04:55

Artigo: 2013, o ano em que queimamos os livros! Por Levi Ceregado, presidente da Regional São Paulo da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf-SP) Os apreciadores da boa leitura de ficção político-científica estão comemorando o transcurso dos 60 anos da publicação do romance Fahrenheit 451, do escritor norte-americano Ray Bradbury. A obra, sucesso de crítica e público em 1953, também foi imortalizada no cinema em 1966, com a produção do longa-metragem cult, sob o mesmo título, dirigido por François Truffaut. O enredo, como se sabe, desenrola-se num futuro hipotético, quando os livros e todas as formas de escrita são proibidos por um regime totalitário, sob o argumento de causarem infelicidade e reduzirem a produtividade das pessoas. Por isso, são queimados por um bizarro Corpo de Bombeiros (daí, Fahrenheit 451, ou 233 graus centígrados, que é a temperatura da combustão do papel). Quanto aos leitores clandestinos, pagam pelo grave crime por meio da condenação sumária a um desconcertante programa de reeducação, mais conhecido, em termos reais, por lavagem cerebral. No aniversário de 60 anos da publicação da instigante e assustadora obra, é inevitável estabelecer analogia com a presente dificuldade que permeia a produção de livros e numerosos outros itens da comunicação impressa no Brasil. Não pela fúria das chamas, mas pela perda de competitividade da indústria gráfica, a exemplo do que ocorre com tantos outros segmentos da manufatura, o País assiste à incineração do mercado. Fatores conhecidos, como os altos impostos, juros elevados e outros alçozes do custo Brasil, somam-se à renitência do governo em conceder ao setor que congrega mais de 40 mil empresários e emprega mais de 220 mil trabalhadores desoneração das folhas de pagamentos e de alguns incentivos tributários já outorgados a outras atividades menos geradoras de mão de obra intensiva. Resultado: num momento em que o mercado nacional é atacado ferozmente por fornecedores estrangeiros que perderam espaços no cenário de crises das nações ricas, ficamos absolutamente expostos a uma concorrência desigual. Uma das consequências dessa situação é a impressão na China de milhares de exemplares de livros brasileiros, até mesmo os comprados por programas governamentais para distribuir nas escolas públicas. O mesmo se observa com embalagens de remédios e medicamentos, dentre outros produtos gráficos. Importante lembrar que impressos e informações constituem-se em itens de segurança estratégica para a soberania nacional. Estamos queimando um mercado em que sempre fomos competitivos e no qual, por força de elevados e permanentes investimentos em máquinas e tecnologia, temos excelência similar às melhores indústrias gráficas do Planeta. Felizmente, não vivemos sob um Estado totalitário, como ocorre com a opressiva sociedade de Fahrenheit 451. Por isso, com o debate de ideias e o diálogo, ainda é possível reverter o quadro, mas é preciso que o Estado saiba ouvir. Afinal, a execução pouco eficaz de políticas públicas pode ter efeitos econômicos tão nocivos quanto a insensatez da truculência. Prova disso é que a competitividade dos impressores brasileiros está ardendo nas chamas do descaso com um setor que, somente no Estado de São Paulo, emprega 90 mil trabalhadores. É um jeito muito peculiar, numa estranha correlação, de comemorar os 60 anos de Fahrenheit 451. RV&A

Sindigraf e Abigraf de Mato Grosso do Sul realizam showroom em Campo Grande O Sindicato das Indústrias Gráficas de Mato Grosso do Sul (Sindigraf-MS) e a Associação Brasileira da Indústria Gráfica do Estado (Abigraf-MS) promoveram entre os dias 17 e 18 de setembro, no Clube dos Empresários Gráficos, em Campo Grande (MS), um encontro com as indústrias do segmento para um showroom de máquinas de impressão, lançamentos, inovações e soluções de última

gera o plano. Segundo o presidente de ambas as entidades, Julião Gádua, a iniciativa integra o plano de ações das duas entidades no sentido de trazer aos empresários informações importantes para tomada de decisões gerenciais. Ao conhecer os equipamentos, os empresários têm melhores condições de tomar a decisão certa para fazer investimentos, completou. Celulose Online

TSE aprova criação do Partido Republicano da Ordem Social e do partido Solidariedade Brasília- O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou hoje (24) a criação de mais duas legendas: o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), fundado no dia 4 de janeiro de 2010. A legenda será identificada com o número 90 e o partido Solidariedade, com o número 77. Com o registro, o Brasil passa a ter 31 partidos registrados no TSE. O julgamento foi suspenso no dia 10 de setembro por um pedido de vista da ministra Luciana Lóssio e foi retomado hoje. A ministra votou contra a aprovação imediata do partido, por entender que deveria ser feita recotagem de algumas assinaturas de apoiadores que não estavam de acordo com as normas da Justiça Eleitoral. Segundo a votar na sessão de hoje, o ministro Dias Toffoli se manifestou a favor da criação do PROS. Ele entendeu que todos os requisitos foram cumpridos pelo partido. Confio nas certidões emitidas pela Justiça Eleitoral. Não tenho elementos para contestar certidões que estão sendo juntadas aos autos, disse o ministro. Na sessão anterior, votaram a favor da criação do partido os ministros Laurita Vaz, Castro Meira, Gilmar Mendes, e Cármen Lúcia. Henrique Neves reajustou seu voto na sessão de hoje para acompanhar a divergência aberta pela ministra Luciana Lóssio.

Solidariedade O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou hoje (24) a criação do partido Solidariedade, fundado pelo deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força Sindical. O partido conseguiu apoio de 503 mil eleitores no país, número superior ao mínimo de 0,5% de apoiantes em relação ao eleitorado. Por 4 votos a 3, a maioria dos ministros entendeu que o partido cumpriu os requisitos para obtenção do registro. As ministras Laurita Vaz, Cármen Lúcia, e os ministros Otávio de Noronha e Dias Toffoli votaram a favor da concessão do registro. Os votos divergentes foram de Marco Aurélio e Luciana Lóssio. Eles seguiram o voto do ministro Henrique Neves, relator do pedido de registro. Ele entendeu que o registro do Solidariedade não poderia ser concedido porque as fichas de apoio de eleitores entregues ao tribunal estão incompletas. Segundo o ministro, as fichas devem ser anexadas à lista com os nomes de apoiadores. Fonte: Portal Yahoo **Jorge Caetano Fermino**